

Cabo Verde: uma democracia consolidada

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O novo Governo que tomou posse a 22 de Abril, liderado pelo primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva, do Movimento para a Democracia (MpD), independentemente do que venha a acontecer no seu mandato político, ficará para a história como “um marco para a democracia no arquipélago”.¹ De facto, com Ulisses Correia e Silva, à luz de um critério possível—não é o único, note-se—Cabo Verde acaba de concluir o processo de consolidação do seu regime democrático. De acordo com Samuel P. Huntington, uma democracia está consolidada:

“One criterion for measuring this consolidation is the two-turnover test. By this test, a democracy may be viewed as consolidated if the party or group that takes power in the initial election at the time of the transition loses subsequent election and turns over power to those election winners, and if those election winners then peacefully turn over power to the winners of a later election”.²

Ao contrário de Angola ou de Moçambique, em que o MPLA e a FRELIMO, respectivamente, nunca perderam o controlo do executivo, em Cabo Verde o poder político acaba de fazer a rotação entre dois partidos políticos distintos. Tratou-se de um processo demorado, mas sem retrocessos indesejáveis. A longa caminhada democrática teve o seu início com os governos do MpD de Carlos Veiga, entre 1991 e 2000, e de António Gualberto do Rosário, interinamente, entre 2000 e 2001. Nas eleições legislativas de 2001, o MpD perdeu o poder político e José Maria Neves conquistou a pasta de primeiro-ministro que manteve em representação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) entre 2001 e 2016. Seguindo o critério de Huntington, a nova vitória eleitoral do MpD a 20 de Março deste ano, após um longo período na oposição, e a tomada de posse de Ulisses Correia e Silva encerraram, simbolicamente, o processo de consolidação do regime democrático:

“The first electoral turnover often has symbolical significance. (...) A second turnover shows two things. First, two major groups of political leaders in the

1 Ver Nélio dos Santos, “Transição política em Cabo Verde – um marco para a democracia no arquipélago” (*Deutsche Welle*, 22 de Abril de 2016).

2 Samuel P. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (Norman, OK, and London: University of Oklahoma Press, 1991), pp. 266-267.

society are sufficiently committed to democracy to surrender office and power after losing an election. Second, both elites and publics are operating within the democratic system; when things go wrong, you change the rulers, not the regime".³

Não foi por acaso que no passado mês de Janeiro o primeiro-ministro português, António Costa, escolheu Cabo Verde para a sua primeira deslocação oficial. Além do simbolismo político, no sentido de demonstrar a prioridade diplomática atribuída ao aprofundamento das relações com os países de língua portuguesa, a opção surgiu como algo natural tendo em conta as excelentes relações bilaterais entre os dois Estados democráticos.⁴ Acresce que, entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Cabo Verde surge como um porto seguro, tendo em conta que será o Estado lusófono que tem com Portugal uma relação diplomática mais madura e com menores sobressaltos.

Isto dito, o regime democrático de Cabo Verde não beneficia de um contexto envolvente favorável. A África subsaariana em geral e a África Ocidental em particular são pólos de grande instabilidade política. Nessa medida, espera-se dos parceiros de Cabo Verde na comunidade internacional todo o apoio ao seu regime democrático, nomeadamente em matérias de natureza simbólica. Por exemplo, está mais do que na hora para uma primeira presença de Cabo Verde no Conselho de Segurança da ONU. Estou certo que Portugal estaria, tal como os restantes países lusófonos, na primeira linha diplomática a apoiar esta pretensão, caso o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva decida avançar com uma candidatura.

³ *Idem*, p. 267.

⁴ Naturalmente, terão existido razões adicionais que determinaram esta escolha em detrimento de outras, o caso de Angola é o mais óbvio, mas a análise mais aprofundada do contexto que determinou a opção por Cabo Verde não é o tema central deste artigo.